



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foram lidas e aprovadas as atas 29ª e 30ª Sessões Ordinárias Virtuais. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/1454/2018 – Auto de Infração nº 1/201800947. RECORRENTE: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAUJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e, também por unanimidade de votos, resolve converter o processo em Perícia, com o objetivo de: **1.** Verificar se as operações não escrituradas na EFD foram levadas em consideração no levantamento financeiro para constatação dos preços de aquisição e de venda das mercadorias; **2.** Verificar se o levantamento de preços foi realizado com base na sistemática de composição de preços do segmento econômico (produtos farmacêuticos), considerando suas peculiaridades; **3.** Verificar se os produtos constantes da autuação são submetidos à Substituição Tributária por Entrada; **4.** Refazer o levantamento financeiro, caso as operações não escrituradas não tenham sido consideradas na composição dos preços. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator. A conversão do Processo em Perícia está em desacordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1451/2018 – Auto de Infração nº 1/201800935. RECORRENTE: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e, também por unanimidade de votos, resolve converter o processo em Perícia, com o objetivo de: **1.** Verificar se as operações não escrituradas na EFD foram consideradas no levanta-

tamento fiscal; **2.** Verificar se os produtos constantes na autuação estão sujeitos a Substituição Tributária pelas entradas; **3.** Refazer o levantamento financeiro caso as NF não escrituradas não estiverem sido consideradas no levantamento fiscal. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator. A conversão do Processo em Perícia está em desacordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1452/2018 – Auto de Infração nº 1/201800937. RECORRENTE: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS** RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RELATORA:** Conselheira **TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO.** **Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e, também por unanimidade de votos, resolve converter o processo em Perícia, com o objetivo de: **1.** Verificar se as operações não escrituradas na EFD foram consideradas no levantamento fiscal; **2.** Verificar se os produtos constantes na autuação estão sujeitos a Substituição Tributária pelas entradas; **3.** Refazer o levantamento financeiro caso as NF não escrituradas não estiverem sido consideradas no levantamento fiscal. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora. A conversão do Processo em Perícia está em desacordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1453/2018 – Auto de Infração nº 1/201800943. RECORRENTE: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS** RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RELATOR:** Conselheiro **ALEXANDRE MENDES DE SOUSA.** **Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e, também por unanimidade de votos, resolve converter o processo em Perícia, com o objetivo de: **1.** Verificar se as operações não escrituradas na EFD foram consideradas no levantamento fiscal; **2.** Verificar se os produtos constantes na autuação estão sujeitos a Substituição Tributária pelas entradas; **3.** Refazer o levantamento financeiro caso as NF não escrituradas não estiverem sido consideradas no levantamento fiscal. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator. A conversão do Processo em Perícia está em desacordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 (vinte e três) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA